



Relatório Analítico dos Investimentos no 1º Semestre de 2015

**crédito &
mercado**
Consultoria em Investimentos

Este relatório atende a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, Artigo 3º Incisos III e V.

:: GLOSSÁRIO

Informamos algumas definições técnicas que foram apresentadas a seguir, sobre os instrumentos matemáticos e estatísticos que são utilizados neste relatório para a avaliação do risco de seus investimentos, queremos fazer um breve esclarecimento. Classicamente há três tipos de riscos: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito.

Neste relatório abordaremos apenas o *risco de mercado*, em suas aplicações financeiras no primeiro semestre de 2015. Ressaltamos que alguns destes instrumentos estão na língua inglesa, demonstrando que também são amplamente utilizados nos mercados internacionais.

VAR (Value-At-Risk)

Ao analisar o perfil de um fundo de investimentos é comum encontrar os limites de risco do fundo calculados pela metodologia do Value at Risk (Valor em Risco) – VaR.

O VaR é uma medida estatística da variação máxima potencial, no valor de uma carteira de investimentos financeiros, dado determinado nível de probabilidade, para um intervalo de tempo predefinido.

Resumidamente, o VaR, responde à seguinte questão: quanto podemos perder, dado x% de probabilidade, para um determinado intervalo de tempo.

Volatilidade

Sensibilidade evidenciada pela cotação de um ativo ou de uma carteira de ativos às variações globais dos mercados financeiros. Indica o grau médio de variação das cotações de um ativo em um determinado período. Ocorre quando a cotação do ativo tem variações frequentes e intensas. A volatilidade é uma medida de risco de mercado.

Medida estatística da variabilidade (Volatilidade) de um conjunto de observações. É uma medida de dispersão muito utilizada, que se baseia nos desvios das observações em relação à média.

O **desvio padrão**, que serve para mostrar o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média.

Índice de Sharpe

Índice amplamente utilizado por profissionais do mercado financeiro, que relaciona o risco e a rentabilidade envolvidos em determinado investimento, na tentativa de melhor qualificá-lo. O cálculo deste índice leva em consideração a volatilidade e o retorno do fundo acima do benchmark. Quanto maior o retorno e menor o risco, maior será o índice de Sharpe. Pode-se dizer que é um índice complementar à análise da relação risco x retorno, e que deve ser sempre observado pelo gestor de investimentos deste RPPS.

Tracking Error

Tracking Error é uma medida, em percentual de quão aproximadamente um portfólio replica o seu benchmark. O Tracking Error mede o desvio-padrão da diferença entre os retornos do portfólio e os retornos do benchmark. Para um fundo que visa replicar um índice, o tracking error deverá ser tão próximo quanto possível de zero. Para fundos com gestão ativa, o Tracking Error pode ser muito maior.

Alfa

O Alfa mostra a capacidade e habilidade gerencial dos administradores de carteira; com o objetivo de obter retornos superiores àqueles que poderiam ser esperados, dado o nível de risco da carteira de investimentos, pela previsão bem sucedida de preços dos ativos.

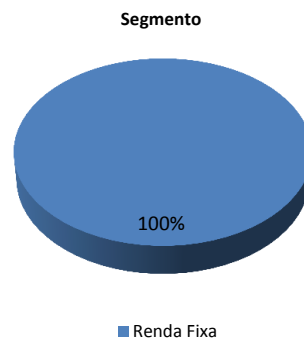
Quando o desempenho da carteira de ativos está em equilíbrio com o desempenho da carteira de mercado, $\alpha = 0$. Quando a carteira de ativos tem um desempenho superior à carteira de mercado, obviamente $\alpha > 0$. Caso contrário, $\alpha < 0$.

Produto / Fundo	Retorno (%) mês base - Junho / 2015					Taxa de adm.	% S/ PL do Fundo	% s/ carteira	Saldo em Junho / 2015	Segmento	Enquadramento Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014
	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses						
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,84%	7,26%	2,99%	7,26%	11,57%	0,20 %	0,09%	14,30%	3.735.491,28	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	0,41%	-2,34%	2,05%	-2,34%	0,94%	1,40 %	11,56%	85,70%	22.394.947,08	Renda Fixa	Desenquadrado
TOTAL									26.130.438,36		

:: ENQUADRAMENTOS - RESOLUÇÃO 3.922/2010 - 4.392/2014 e POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (Junho / 2015)

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014			
Artigo	% PL	Limite	Total do Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	14,30%	100,00%	3.735.491,28
Total Renda Fixa	14,30%	100,00%	3.735.491,28

Desenquadrado	85,70%	0,00%	22.394.947,08
---------------	--------	-------	---------------



Enquadramento na Política de Investimentos				
Artigo	% PL	Limite	Total do Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	14,30%	70,00%	3.735.491,28	14.555.815,57
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "		15,00%		3.919.565,75
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "		30,00%		7.839.131,51
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "		5,00%		1.306.521,92
Total Renda Fixa	14,30%	120,00%	3.735.491,28	

Artigo 8º, Inciso III		15,00%		3.919.565,75
Total Renda Variável		15,00%		

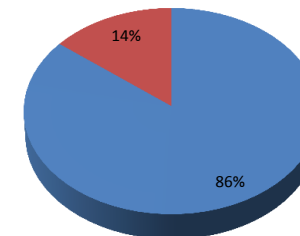
Desenquadrado	85,70%	0,00%	22.394.947,08	-22.394.947,08
---------------	--------	-------	---------------	----------------

:: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR INSTITUIÇÃO E SEGMENTO (Junho / 2015)

Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Instituição	Valor	%
Gradual Investimentos	22.394.947,08	85,70%
BB Gestão de Recursos DTVM	3.735.491,28	14,30%

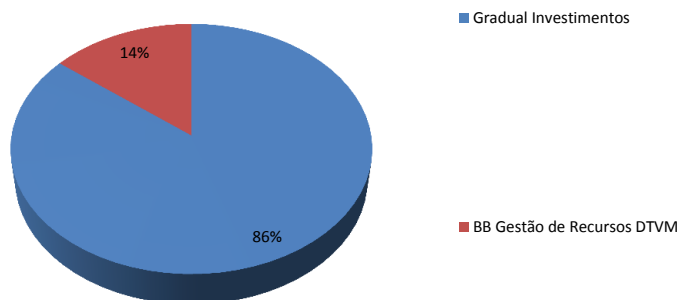
Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Sub-Segmento	Valor	%
CRÉDITO PRIVADO	22.394.947,08	85,70%
IDKA 2A	3.735.491,28	14,30%

Sub-Segmento



■ CRÉDITO PRIVADO ■ IDKA 2A

Administradores



RETORNO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Semestre / 2015		Saldo em	Aplicações no	Resgates no	Saldo em	Retorno (\$) no
		Dezembro / 2014	1º Semestre / 2015	1º Semestre / 2015	Junho / 2015	1º Semestre / 2015
		22.930.435,50	3.596.330,41	1.456.330,41	26.130.438,36	1.060.002,86
Ativos de Renda Fixa	Instituições	22.930.435,50	3.596.330,41	1.456.330,41	26.130.438,36	1.060.002,86
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	Gradual Investimentos	22.930.435,50		1.456.330,41	22.394.947,08	920.841,99
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB Gestão de Recursos DTVM		3.596.330,41		3.735.491,28	139.160,87

:: RETORNO (%) DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Semestre / 2015

	Acumulado no 1º Semestre / 2015	Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	9,21%	1,73%	1,64%	1,84%	1,18%	1,21%	1,28%
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	4,35%	-0,91%	1,71%	1,45%	0,93%	0,70%	0,41%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,87%			0,86%	0,28%	1,84%	0,84%

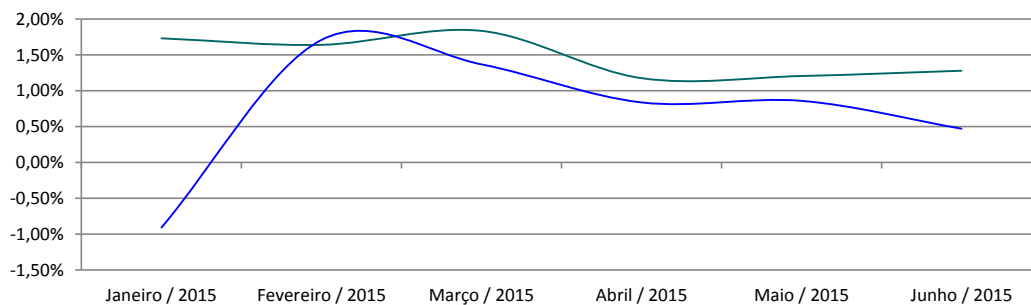
:: RETORNO (%) DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES, POR SEGMENTO, ARTIGOS DA RESOLUÇÃO 3.922/2010 - 4.392/2014 E INSTITUIÇÕES - 1º Semestre / 2015

Renda Fixa	4,40%
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	3,87%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,87%
Desenquadrado - RF	4,35%
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	4,35%

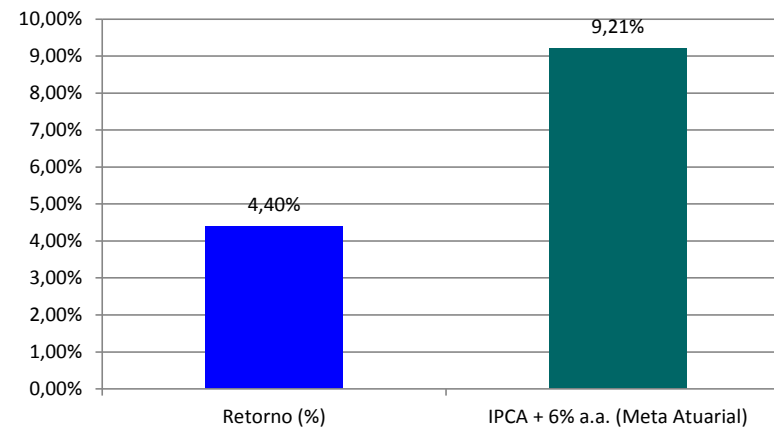
Instituições	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	9,21%
Gradual Investimentos	4,35%
BB Gestão de Recursos DTVM	3,87%

:: RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Semestre / 2015

Mês	Mês Anterior	Aplicações	Resgates	Mês Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	% Ating Meta
Janeiro / 2015	22.930.435,50		1.456.330,41	21.266.011,07	-208.094,02	-0,91%	1,73%	-52,37%
Fevereiro / 2015	21.266.011,07			21.629.832,02	363.820,95	1,71%	1,64%	104,18%
Março / 2015	21.629.832,02	3.596.330,41		25.571.630,75	345.468,32	1,37%	1,84%	74,56%
Abril / 2015	25.571.630,75			25.785.971,16	214.340,41	0,84%	1,18%	71,23%
Mai / 2015	25.785.971,16			26.007.797,34	221.826,18	0,86%	1,21%	71,28%
Junho / 2015	26.007.797,34			26.130.438,36	122.641,02	0,47%	1,28%	36,82%
Acumulado	22.930.435,50	3.596.330,41	1.456.330,41	26.130.438,36	1.060.002,86	4,40%	9,21%	47,79%



— IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial) — Retorno (%)



:: ANÁLISE DE RISCO - 1º Semestre / 2015

Ativos	Desvio Padrão	Traking Error	Alfa	Retorno Máximo	Retorno Mínimo	Sharpe	Var
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,14%	2,14%	0,87	0,48% 27/02/15	-0,42% 20/04/15	-1,73	0,68%
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	10,45%	10,46%	-2,65	1,38% 02/02/15	-6,84% 23/01/15	-2,16	0,35%

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Janeiro / 2015	Saldo em Dezembro / 2014	Aplicações em Janeiro / 2015	Resgates em Janeiro / 2015	Saldo em Janeiro / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	22.930.435,50		1.456.330,41	21.266.011,07	-208.094,02	-0,91%	1,73%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,73%	
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	22.930.435,50		1.456.330,41	21.266.011,07	-208.094,02	-0,91%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Fevereiro / 2015	Saldo em Janeiro / 2015	Aplicações em Fevereiro / 2015	Resgates em Fevereiro / 2015	Saldo em Fevereiro / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	21.266.011,07			21.629.832,02	363.820,95	1,71%	1,64%
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	21.266.011,07			21.629.832,02	363.820,95	1,71%	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,64%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Março / 2015	Saldo em Fevereiro / 2015	Aplicações em Março / 2015	Resgates em Março / 2015	Saldo em Março / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	21.629.832,02	3.596.330,41		25.571.630,75	345.468,32	1,37%	1,84%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,84%	
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	21.629.832,02			21.944.509,94	314.677,92	1,45%	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		3.596.330,41		3.627.120,81	30.790,40	0,86%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Abril / 2015	Saldo em Março / 2015	Aplicações em Abril / 2015	Resgates em Abril / 2015	Saldo em Abril / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	25.571.630,75			25.785.971,16	214.340,41	0,84%	1,18%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,18%	
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	21.944.509,94			22.148.729,11	204.219,17	0,93%	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.627.120,81			3.637.242,05	10.121,24	0,28%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Maio / 2015	Saldo em Abril / 2015	Aplicações em Maio / 2015	Resgates em Maio / 2015	Saldo em Maio / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	25.785.971,16			26.007.797,34	221.826,18	0,86%	1,21%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.637.242,05			3.704.288,93	67.046,88	1,84%	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,21%	
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	22.148.729,11			22.303.508,41	154.779,30	0,70%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Junho / 2015	Saldo em Maio / 2015	Aplicações em Junho / 2015	Resgates em Junho / 2015	Saldo em Junho / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	26.007.797,34			26.130.438,36	122.641,02	0,47%	1,28%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,28%	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.704.288,93			3.735.491,28	31.202,35	0,84%	
PIATÁ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO LP	22.303.508,41			22.394.947,08	91.438,67	0,41%	

:: INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS

Cenário Global

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pela instabilidade, tanto no cenário interno quanto no cenário externo.

No lado doméstico, a crise política entre o Legislativo e o Executivo dificultou a aprovação das medidas de ajuste fiscal para que o governo pudesse transformar a meta de superávit primário, da ordem de 1,2% do Produto Interno Bruto – PIB, fixada em R\$ 66,3 bilhões, em realidade. Nas duas Casas do Congresso, o apoio da base aliada não foi suficiente e as medidas propostas pelo governo tiveram, em sua maioria, seu texto alterado.

A Medida Provisória 665, que endurece direitos trabalhistas como seguro-desemprego, abono salarial e seguro defeso, teve o texto sancionado pela presidente Dilma com dois vetos. A presidente manteve a mudança feita na MP pela Câmara dos Deputados que reduziu de 18 para 12 meses de trabalho o período de carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego, e de 12 para 9 na segunda requisição do auxílio.

A Medida Provisória 664, que restringe acesso à pensão por morte e auxílio-doença, teve seu texto alterado pela Câmara ao acrescentar alternativa ao fator previdenciário. No texto, aprovado pelo Senado, incluiu a fórmula 85/95 em substituição ao atual fator. A presidente sancionou o texto com veto à fórmula. Em seu lugar, o governo editou a MP 676, que mantém a fórmula 85/95, aprovada pelos parlamentares, mas a torna progressiva a partir de 2017.

A Medida Provisória 668, que eleva os tributos sobre produtos importados, incluindo cerveja, produtos farmacêuticos e cosméticos, teve seu texto aprovado pelo Senado, mesmo a contragosto da base aliada, diante da exiguidade de tempo. O problema é que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi completamente desfigurado do texto original enviado pelo Executivo, com a inclusão de mais de 20 temas, dentre eles a autorização para que o Legislativo possa fazer parcerias público-privadas. A presidente sancionou o texto com vetos, porém foi mantida a emenda que permite a realização das parcerias, que viabiliza a construção de mais prédios no complexo da Câmara para abrigar, além de gabinetes de parlamentares, uma espécie de “shopping” com lojas, restaurantes e um estacionamento subterrâneo. A manutenção da emenda fez parte de um acordo com a base aliada para garantir a aprovação do projeto de lei que revê a política de desoneração a 56 setores da economia.

A Polícia Federal manteve o protagonismo no cenário político, com a continuidade da operação Lava-Jato. Em março, a lista elaborada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com os nomes de 47 políticos supostamente envolvidos em desvios na Petrobras foi divulgada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki. No mesmo dia, foram abertos 28 inquéritos para investigar os acusados, 37 deles suspeitos de formação de quadrilha. Entre os nomes da lista estão o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL); o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL), ex-presidente da República; e o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), ex-governador de Minas Gerais. O Partido Progressista (PP) é o maior alvo de inquéritos, 32 no total. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) chegou a ser incluído na lista, mas teve seu inquérito arquivado devido à fragilidade de provas contra ele. No dia seguinte à divulgação dos nomes, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, concedeu entrevista coletiva na qual defendeu a presidente Dilma Rousseff, afirmando que ela não foi incluída na lista por não haver provas para isso e afirmou por diversas vezes que o governo federal não interferiu de nenhuma forma na investigação, ressaltando a independência das instituições no País em relação à presidência da República.

No desenrolar das investigações, após a detenção de quase 20 empreiteiros, o juiz federal Sérgio Moro finalmente atingiu as maiores empreiteiras ao decretar a prisão preventiva de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques Azevedo, respectivamente presidentes da Odebrecht e Andrade Gutierrez, e pode ter aproximado as investigações ao alto escalão político.

No campo da economia, as dificuldades enfrentadas pela autoridade monetária em manter a inflação próximo da meta desestabilizaram os mercados. Nem os sucessivos aumentos da taxa básica de juros – SELIC – nas reuniões do COPOM, foram suficientes para acalmar os mercados. A SELIC terminou o ano de 2014 em 11,75%, e atingiu 13,75% na reunião de junho, com expectativa de novos aumentos no segundo semestre. O mercado aposta que a SELIC encerre o ano entre 14,50% e 15,00%.

O grande vilão da inflação no semestre foi o reajuste dos preços administrados, tais como o da energia elétrica (em meio ao uso da bandeira tarifária, repassando ao consumidor os custos mais altos de geração devido à falta de chuvas, e à entrada em vigor de revisões tarifárias extraordinárias) que acumulou alta de 42,03%. Em segundo lugar ficou a alimentação, com alta acumulada de 7,13%. Assim, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulou alta de 6,17% no ano, o maior valor para o período desde 2003.

Com isso, o Índice de Confiança do Consumidor – ICC – medido pela FGV atingiu o segundo menor nível da série histórica, iniciada em 2005, ao recuar 1,4% em junho e atingir 83,9 pontos, o que dificulta a recuperação da economia. A inadimplência, tanto das empresas quanto dos cidadãos, segue acelerando. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encolheu 1,1% nos três meses até maio em relação ao trimestre até fevereiro, na série com ajuste sazonal, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), por meio do Monitor do PIB. Em 12 meses até maio, a renda gerada pela economia já recua 1,2%.

No cenário externo, temos que a economia norte-americana se recupera num ritmo mais lento do que o esperado. Apesar de ter registrado contração no primeiro trimestre do ano, porém numa amplitude menor que a esperada, uma vez que enfrentou clima desfavorável, dólar forte, cortes de gastos no setor de energia e paralisações nos portos da Costa Oeste do país. O Federal Reserve – FED – manteve durante o semestre o juro inalterado, próximo de zero, ao avaliar que a economia norte-americana ainda está em expansão moderada. E tem enfatizado que a política monetária somente mudará quando forem registrados novos progressos no mercado de trabalho, e quando a inflação anual mostrar possibilidades de alcançar números próximos a 2%.

Na zona do euro, a fragilidade foi posta à prova no desenrolar da crise grega. Após diversas tentativas de acordo, a Grécia finalmente se rendeu às imposições dos credores e aceitou as rígidas condições para um novo pacote de ajuda financeira - o terceiro em cinco anos. De acordo com o documento, o programa de financiamento grego ficará entre € 82 e 86 bilhões. Em grave crise, a Grécia tem dívidas superiores a 150% de seu Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que é produzido no país. A questão não está resolvida, visto que o Parlamento grego precisa aprovar o acordo.

A instabilidade política, a incerteza quanto à execução do ajuste fiscal e o cenário externo formaram uma combinação explosiva que catapultou o dólar frente ao real. No ano, a divisa norte-americana já acumula uma valorização de 16,81%, com uma volatilidade que dificulta a análise de investidores e economistas quanto aos rumos que o mercado de câmbio tomará. O país passa por um momento imponderável, no qual não se consegue mensurar qual o teto para a moeda norte-americana. Não é só um problema econômico que afeta a divisa, há um problema de confiança institucional que tem afetado o câmbio.

Isto demonstra como foi difícil ganhar dinheiro com investimentos no período. Com a inflação tão alta,

:: INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS

quase todos os investimentos obtiveram ganho real pífio.

Na renda fixa, o IRF-M, que mede a rentabilidade dos títulos públicos com juros pré-fixados, obteve uma rentabilidade acumulada de 5,18% no ano. A rentabilidade dos títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) de curto prazo (até 5 anos), medidos pelo IMA-B5, acumularam uma alta de 7,46% no ano. Já os de longo prazo, medidos pelo IMA-B5+, tiveram um rendimento de 9,03% no ano. O IMA-Geral, que mede o desempenho de todos os títulos públicos que compõem o Índice de Mercado Anbima – IMA -, ponderado pelo volume negociado, rendeu 6,49% no ano.

Na renda variável, o Ibovespa rendeu 6,15% no período. Os índices que medem o desempenho de determinados setores da economia tiveram um retorno melhor. O que mede o desempenho das empresas voltadas ao consumo (ICON) valorizou 6,51%, enquanto o índice que mede o desempenho das empresas voltadas para o setor financeiro (IFNC) rendeu 8,66%. Nos índices que medem o desempenho de determinados segmentos da Bovespa, destaque negativo para os índices IDIV (empresas pagadoras de dividendos) que desvalorizou -4,83%, e o SMLL (empresas de média capitalização), que recuou -6,80%.



Crédito & Mercado - Gestão de Valores Mobiliários Ltda.

O presente relatório foi elaborado pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários para o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa ou instituição sem a expressa autorização.

As informações contidas neste relatório são consideradas confiáveis na data no qual foi apresentado. Entretanto, não representam por parte da Crédito & Mercado garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das mesmas. As opiniões constantes são fundamentadas em julgamento e estimativas e, portanto, sujeitas à alteração.

Fundos de investimento não constam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura do prospecto e regulamento do fundo de investimento.